



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL: UM PROCESSO EXPLORATÓRIO

Fernanda Evelin Camarço de Souza

Universidade Cidade de São Paulo, fernandaevelin@gmail.com

Resumo: Esta investigação se propõe a explorar e estudar os processos de implantação de Programas de Mestrado Profissional (MP), modalidade da pós-graduação *stricto sensu* regulamentada mais recentemente em 2009 no Brasil. Sua principal diferença em relação ao Mestrado Acadêmico é a ênfase que dá à qualificação profissional do estudante. Neste trabalho, que explorará as expectativas de sujeitos já graduados que optaram por dar continuidade à sua formação ingressando no MP, estudará os aspectos que envolvem a Educação Permanente com vistas ao atendimento de necessidades de aperfeiçoamento profissional. A implantação programas de MP, na área da Educação, com cursos reconhecidos e recomendados pela CAPES vem crescendo e somam atualmente 33 programas. Esse universo que se expande é, portanto foco de interesse deste trabalho. O estudo investiga pontos de aproximação e afastamentos entre as expectativas legais e normativas declaradas nas políticas públicas que sustentam o MP e as informações disponibilizadas por uma instituição de ensino superior privada em relação a um conjunto de ingressantes no MP recém-aprovado. A pesquisa também pretende contribuir para as discussões sobre educação permanente de adultos, que seja, simultaneamente, holística para abarcar diferentes aspectos micro e macro da vida e transversal para incluir conhecimentos associados a aspectos culturais, sociais e econômicos. A metodologia proposta é de análise documental a partir do conjunto de leis e normativas do MP no Brasil e da construção e exploração de um banco de dados com informações de 20 sujeitos inscritos num programa de MP de uma IES situada na cidade de São Paulo.

Palavras-chave: Mestrado Profissional, Políticas Públicas no Ensino Superior, Educação Permanente.

Introdução

A implantação de novos Programas de Mestrado Profissional (MP) vem se consolidando nos últimos anos por meio de uma significativa expansão, totalizando 589 programas em março de 2015, equivalente a 15% dos programas de pós-graduação, num universo de 3.881 no Brasil. O número de matrículas em 2013 registrou 18.417 estudantes comparados a 589 em 1999 e se cotejada aos números do Mestrado Acadêmico no mesmo período, as matrículas no MP cresceram 96,8% diante do crescimento de 50,7% do mestrado acadêmico, conforme dados do GeoCapes.

Esses dados evidenciam um público de profissionais já formados que retorna à universidade buscando parceria para o encaminhamento de demandas específicas advindas do cotidiano dos espaços profissionais que, para a área de Educação, são essencialmente educativos.

Por ser um tema ainda recente no histórico da pós-graduação – regulamentado pela portaria nº 17/2009 do MEC que dispõe sobre o MP no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – esta pesquisa busca investigar expectativas sobre o MP



tanto pelo levantamento e a posterior análise documental de informações legais oferecidas pelas políticas públicas que o sustentam no Brasil, quanto pela exploração de informações registradas nos documentos oficiais disponibilizados por uma Instituição de Educação Superior (IES) privada em relação a um conjunto de ingressantes no MP. A proposta é cotejar as informações para apresentar pontos de afastamento e aproximação entre as expectativas, que serão a priori, referentes ao perfil do ingressante, questões de pesquisa e motivações para a escolha do programa de MP, comparados com as possibilidades, objetivos, natureza, características e aspectos obrigatórios do MP nas normativas.

Nos parâmetros para análise e avaliação de programas de MP disponibilizados pela CAPES, identifica-se que esses programas têm por meta atender profissionais que “não planejam dedicar-se à carreira acadêmica de ensino e pesquisa” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005b, p.151) ou de “docente pesquisador” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005a, p.156), atendendo às demandas sociais de capacitação profissional, precisando expressar associação entre teoria e prática. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005b).

Segundo Dowbor (2015), entre outras características, a Educação deixou de ser transmissão de conhecimento para um sistema de criação e circulação colaborativa de ideias e uma atividade permanente de atualização durante todas as etapas da vida, gerando um novo relacionamento entre a humanidade e o conhecimento. Sendo assim, a Educação torna-se a principal máquina de geração, organização e transmissão do conhecimento. Essas características podem ser consideradas como permanentes, ou seja, ao se encaminhar algumas delas, outras surgem pela necessidade do aperfeiçoamento. Esse aperfeiçoamento pode se aproximar ao conceito de Educação Permanente.

Neste trabalho, tem-se como objetivo geral estudar os elementos políticos que constituem o programa de MP no Brasil, explorando e analisando perspectivas normativas e legais com as expectativas de ingressantes, sob a ótica dos processos de Educação Permanente de adultos.

A Educação Permanente e a Andragogia: conceitos indissociáveis

A literatura registra diferentes expressões, com significados semelhantes ao se referir tanto a programas para capacitação inicial para o trabalho, como de atualização científica e tecnológica: Educação ao longo da vida (DELORS *et al.*, 1998), Educação Permanente (OSORIO, 2005 e CANÁRIO, 2006), Educação Continuada (HADDAD, 2007 e MASSAROLI e SAUPE, 2008) e Formação Continuada (GATTI, 2008).

A educação ao longo da vida, enquanto educação de adultos mostra-se revestida por várias formas acolhendo cada vez mais uma necessidade de adaptação



e reciclagem no campo profissional, demonstrando a ampliação do conceito de educação permanente para atender uma exigência de autonomia dinâmica dos sujeitos numa sociedade em rápida transformação. (DELORS *et al.*, 1998).

Osorio (2005) destaca que a Educação Permanente nasce com o sentido de voltar a aprender, rever conhecimento perante o desenvolvimento tecnológico e científico compreendendo além da produção intelectual, a educação integral para a totalidade do ser. Desta forma, o autor compreende a Educação Permanente num caráter holístico e humanista, entendendo a educação na vida adulta como um direito humano fundamental, pois são os que mais necessitam permanecer atualizados, adquirindo novas competências e aptidões para sua formação por necessidade de participação nos processos econômicos e políticos.

Canário (2006) relaciona dois pressupostos para a educação de adultos ao se reconhecer e validar os saberes adquiridos: pessoas aprendem com a experiência e não se ensina às pessoas o que elas já sabem. Dessa forma, a experiência individual é o recurso mais importante para se realizar novas aprendizagens. As razões apontadas pelo autor para a existência de políticas e práticas que reconheçam esses saberes são decorrentes da crescente mobilidade profissional, das mudanças na validade dos diplomas escolares e da noção de competência como referência de formação.

Haddad (2007) compreende a Educação Continuada como aquela que se realiza ao longo da vida, continuamente, é inerente ao desenvolvimento da pessoa humana e relaciona-se com a ideia de construção do ser. Essa tem como princípio a complementariedade entre universos educativos (escola, empresa) contemplados pela educação formal e não-formal visíveis não apenas para qualificação profissional, mas também em outros ambientes (lazer, cultura, família, comunidade) que sofrem impacto com a modernização. Dessa forma, ela abarca, de um lado, a aquisição de conhecimentos e aptidões e, de outro, atitudes e valores, implicando no aumento da capacidade de discernir e agir.

Massaroli e Saupe (2008) consideram a Educação Continuada abrangendo outros contextos como a educação em serviço; formações técnica, de graduação e pós-graduação; organização do trabalho e interação entre gestão, serviços e controle social na área da saúde. Enquanto Gatti (2008) compreende a Formação Continuada tanto por cursos estruturados e formalizados após a graduação como por qualquer atividade que venha a contribuir para a reflexão, discussão e trocas no desempenho profissional.

Apesar de distintas, essas expressões são marcadas por expectativas coincidentes, ou seja, são estimuladas pelas demandas de atualização e aperfeiçoamento do processo de trabalho, incluindo-se aqui cursos estruturados após a graduação com



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

finalidades estritas de aquisição de novas informações, duração definida e utilização de metodologias tradicionais de ensino, exigido cada vez mais no mundo atual de constantes transformações. Conceituam-se também como um processo de capacitação de uma pessoa ou um grupo frente às inovações tecnológicas e necessidades sociais. Também podem ser conceituadas como um processo que inclui as experiências posteriores aos aprendizados iniciais, que auxiliam as pessoas a desenvolver competências para o seu trabalho.

Educação Permanente é um tema que se aproxima das questões que envolvem a Andragogia, ou seja, conceito que considera os princípios da educação com adultos. O termo Andragogia (do grego *andros* que significa adulto, e *agogôs*, que denota educar) é definido como a arte e a ciência de auxiliar adultos a aprender (KNOWLES; HOLTON III e SWANSON, 2009), e atualmente é apresentada como uma alternativa à pedagogia, e refere-se à educação centrada no aprendiz para pessoas de todas as idades.

Knowles; Holton III e Swanson (2009) prezam pela experiência anterior do aprendiz como recurso para a aprendizagem, orientando-o para a resolução de problemas relacionados à vida e envolvidos nos objetivos e propósitos desta aprendizagem. Desta forma, o sentido de aprender novos conceitos parte da necessidade do aprendiz por aquele saber, revelando uma interdependência que combina a teoria e a prática.

Neste trabalho, os conceitos para a Educação Permanente e Andragogia abarcarão os estudos de Delors, *et al.* (1998) em seus princípios para a educação, Osorio (2005) e Canário (2006), complementados pelos conceitos de Knowles, Holton III e Swanson (2009), sobre as bases e princípios da andragogia.

Políticas públicas: contextos históricos

A partir de 1965, o crescimento industrial eleva a complexidade na gestão administrativa, determinada ao desenvolvimento das organizações segundo critérios de eficiência e impulsionam a necessidade de uma mão-de-obra especializada para atender a um novo momento tecnológico, modernizando a indústria. Profissionais capacitados tornaram-se imprescindíveis para o crescimento das organizações. (MAGALHÃES, 2008)

Inicia-se as análises das políticas de MP pelo Parecer nº 977/65 de Newton Sucupira, definido como a base da estruturação da pós-graduação, apontando o mestrado acadêmico como predominante nesse processo.

O referido parecer, emitido pelo Conselho Federal de Educação, destaca a necessidade da pós-graduação como consequência do progresso do saber em todos os setores e da impossibilidade de treinamento adequado e completo das carreiras apenas pelos cursos de graduação. A pós-



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

graduação surge como possibilidade de alcance de competências superiores para especializações científicas ou profissionais. (BRASIL, 2005)

Neste parecer, sobre as impossibilidades da graduação, considerou-se ilusória a pretensão de se formar, num mesmo curso, o profissional comum, o cientista e o técnico de alto padrão, inviabilizando a figura de técnico polivalente. A alternativa seria recorrer aos estudos pós-graduados para complementar tanto a formação de pesquisador, como para treinar o especialista altamente qualificado (ibid., 2005).

Ribeiro (2005) relata que a principal diferença entre os mestrados acadêmico e profissional é no resultado almejado: enquanto o primeiro forma um pesquisador por imersão na pesquisa, o segundo, localiza, reconhece, identifica e utiliza a pesquisa como valor agregado às suas atividades externas à academia.

Durante a década de 90, a abertura econômica no Brasil e a exposição à competição internacional, levou a ajustes abruptos da economia nacional, no aumento da produtividade, adoção de práticas modernas de produção e aumento da exclusão social. Amadeo (1999) complementa que o processo de abertura comercial tornou o cenário produtivo mais competitivo, onde as empresas incorporaram inovações tecnológicas e gerenciais, resultando na demanda e valorização por trabalhadores mais qualificados enfatizando, porém, o investimento na qualificação da mão-de-obra para os mais pobres numa tentativa de igualar as oportunidades a todos os trabalhadores.

Neste cenário, em 1995, a partir do documento *Capex: Metas da Atual Gestão* foi destacada a necessidade de flexibilização do modelo de pós-graduação, em particular o nível de mestrado, para atender a demandas oriundas do mercado não acadêmico, promovendo o ‘Programa de Flexibilização do Modelo de Pós-Graduação Senso Estrito em Nível de Mestrado’, resultando na publicação da portaria nº 47 da Capex, revogada pela portaria nº 80 de 1998.

Nessa portaria de 1998, que dispõe sobre o reconhecimento dos MPs entre outras providências, foram reorganizadas e especificadas as orientações para requisitos e enquadramentos das propostas de MP, considerando avanços ocorridos desde 1995.

Mais recentemente, a portaria nº17/2009 que dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da CAPES, enquanto uma modalidade de formação pós-graduada stricto sensu, traz a preocupação com o perfil de egresso: um profissional capaz de se apropriar, atualizar e aplicar conhecimento a partir de fundamentos científicos, para, dentre outros objetivos, proponha “inovações e aperfeiçoamentos tecnológicos para a solução de problemas específicos” (BRASIL, 2009, p. 20).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Ribeiro (2005) destaca o papel do MP para o desenvolvimento econômico e social: numa formação de profissionais mais qualificados, na constatação de que parte dos mestres e doutores não atuavam no ensino superior e na transferência de conhecimento científico para toda a sociedade (que não é igual a empresas ou mercado). A proposta do MP é aliar a interação da academia com o mundo da produção e o compromisso com os setores sociais.

Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa será implementada a análise documental que se estruturará a partir do conjunto de normativas que cercam a dimensão da modalidade do programa de MP no Brasil.

A análise documental é uma proposta metodológica que tem como parâmetros diferentes registros escritos que proporcionam subsídios, dados e informações em prol da compreensão do objeto que se pretende explorar, ou seja, possibilitam o fornecimento de diferentes conhecimentos referentes a um determinado período histórico e social das ações e são capazes de reconstruir fatos e seus antecedentes, pois se constituem em manifestações registradas de aspectos da vida social de determinado agrupamento social.

Para a análise foram utilizados os seguintes documentos oficiais:

- Parecer nº 977/65. Aprovado em 3 de dezembro de 1965. Definição dos cursos de Pós-graduação. Origem Histórica da Pós-Graduação. Necessidade da Pós-Graduação. Conceito de Pós-Graduação. A Pós-Graduação na Lei de Diretrizes e Bases. A Pós-Graduação e o Estatuto do Magistério. Definição e Características do Mestrado e Doutorado.
- Portaria nº 47, de 17 de outubro de 1995. Determina a implantação na Capes de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos à formação profissional.
- Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Portaria normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –

CAPES.

- Portaria Interministerial MCT/MEC nº 270 de 22/05/2003. Institui a Comissão Interministerial para o desenvolvimento da pós-graduação e da ciência e tecnologia.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

- Portaria nº 36, de 5 de fevereiro de 2010. Instituir a Comissão Nacional responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG, relativo ao período 2011-2020.
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências.
- Portaria nº 193, de 4 de outubro de 2011. Fixa normas e procedimentos para a apresentação e avaliação de propostas de cursos novos de mestrado e doutorado.

Para a complementação das análises, também está se explorando um conjunto de informações fornecidas por 20 sujeitos inscritos no Programa de MP em Educação numa IES privada situada na cidade de São Paulo.

Na composição desta base de informações serão exploradas diferentes variáveis a partir de dados coletados das fichas de inscrição e das provas seletivas, incluindo o perfil pessoal e profissional, a formação acadêmica, as narrativas dos sujeitos envolvendo as motivações de escolha pelo programa, as questões profissionais cotidianas que poderiam ser pesquisadas e suas expectativas em relação ao programa.

Após sistematização e tratamento dos dados, serão realizadas as análises e investigações entre os pontos de aproximação e de distanciamento das expectativas normativas presentes nas políticas públicas no MP e as motivações e expectativas presentes nas narrativas dos ingressantes no programa. As análises e investigações também serão verificadas sob a ótica da Educação Permanente e dos conceitos de Andragogia presentes nos encontros entre objetivos do programa e motivações dos ingressantes. Finalmente serão sistematizados na forma de redação os resultados e conclusões da pesquisa.

Resultados e Discussões

A pesquisa encontra-se em andamento, no entanto, *a priori* já foi possível analisar a frequência de alguns indicadores já coletados.

A população formada por 20 sujeitos ingressantes no Mestrado Profissional e a análise do banco de dados revelou uma maior porcentagem do público feminino 85% e 15% masculino.

A idade entre os ingressantes no Mestrado Profissional está entre 30 anos a 63 anos, sendo 50% com idade entre 40 a 49 anos, 35% entre 30 a 39 anos, 15% entre 50 e 63 anos.

Analisando o critério moradia/cidade, 55 % dos sujeitos residem na cidade de São Paulo, 40% residem na região metropolitana de São Paulo. Os demais sujeitos que representam 5% estão localizados no interior de São Paulo.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Dos 20 sujeitos pesquisados, 70% declaram ter uma única profissão e 25% manifestam duas profissões e 5% não declaram a profissão. Dos que declaram, 50% são professores, 30% supervisores e coordenadores e 15% especialistas em áreas diversas.

Dos sujeitos ingressantes no Mestrado Profissional, 90% graduaram-se em instituições particulares, sendo 90% formados em ciências humanas, onde 55,6% são graduados em Pedagogia e Letras. 40% dos sujeitos estão graduados entre 2 e 9 anos, 30% entre 10 e 15 anos e 30% entre 16 a 35 anos. 60% não entregaram o currículo Lattes. Associado aos dados dos inscritos na pós-graduação, 40% dos sujeitos disponibilizaram o currículo *Lattes*.

Conclusões

Neste trabalho, apesar de a pesquisa encontrar-se em processo, espera-se contribuir com as discussões sobre as políticas públicas de implantação do programa de Mestrado Profissional, enquanto uma modalidade de Educação Permanente, especialmente numa perspectiva de educação de adultos profissionais.

Enquanto uma forma de Educação Permanente, termo cunhado pela UNESCO numa proposta de formação integral da pessoa, o MP representa uma modalidade educativa que pretende reunir as questões práticas e cotidianas dos profissionais, aliando-as às teorias numa perspectiva de ampliar as resoluções baseadas numa metodologia científica.

Espera-se que esta pesquisa apresente um panorama sobre essa modalidade de programa *stricto sensu* a fim de refletir sobre as políticas públicas que induziram sua criação, assim como os programas vem sendo desenvolvidos e implantados especialmente na área de Educação.

A priori, concluiu-se que existe uma maior procura neste programa de Mestrado Profissional pelo público feminino, com idade entre 40 e 49 anos, moradores da cidade de São Paulo e respectiva região metropolitana, exercendo uma única profissão, na maioria como professores, graduados em instituições particulares em Pedagogia e Letras há até 9 anos, e que não efetuaram a entrega do currículo *Lattes*.



Referências

AMADEO, E. Mercado de trabalho brasileiro: rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho. In: POSTHUMA, A.C., org. Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. Brasília: OIT e MTE. São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 35-60. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/employment/pub/abertura_ajuste_brasil_237.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996, Seção 1, p. 27833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 9 fev. 2015.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNEe dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014, Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>Acesso em: 24 abr. 2015.

_____. Parecer nº 977/65. Aprovado em 3 de dezembro de 1965. Definição dos cursos de Pós-Graduação. Origem Histórica da Pós-Graduação. Necessidade da Pós-Graduação. Conceito de Pós-Graduação. A Pós-Graduação na Lei de Diretrizes e Bases. A Pós-Graduação e o Estatuto do Magistério. Definição e Características do Mestrado e Doutorado. Revista Brasileira de Educação, n. 30, p. 162-173, set-dez 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S141324782005000300014&pid=S1413-24782005000300014&pdf_path=rbedu/n30/a14n30.pdf&lang=pt>Acesso em: 18 jun. 2015.

_____. Portaria normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Diário Oficial da União, Ministério da Educação, n. 248, Seção 1, p. 20. Disponível em: <<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dpp/legislacao/Portaria%20Normativa%20MEC%2017%20-%20mestrado%20profissional.pdf>>Acesso em: 22 maio 2015.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

BRASIL Portaria nº 47, de 17 de outubro de 1995. Determina a implantação na Capes de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos à formação profissional. Revista Brasileira da Pós Graduação - RBPG, Brasília, v. 2, n.4, p. 147-148, jul. 2005. Disponível em: <<http://www.foprof.org.br/documentos/portaria-no-47-17-outubro-1995.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2005-2010. Brasília: Capes, 2005. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG_2005_2010.pdf> Acesso em: 25 maio 2015.

_____. Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020. Brasília: Capes, 2010a. v. 1. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>> Acesso em: 22 maio 2015.

_____. Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020. Brasília: Capes, 2010b. v. 2. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/PNPG_Miolo_V2.pdf> Acesso em: 22 maio 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Brasília: MEC/SASE, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf> Acesso em: 24 abr. 2015.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Portaria nº 36, de 5 de fevereiro de 2010. Instituir a Comissão Nacional responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG, relativo ao período 2011-2020. Diário Oficial da União, Brasília, n. 34, Seção 2, p. 13. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/Portaria36de22fev10.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2015.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
Portaria nº 193, de 4 de outubro de 2011. Fixa normas e procedimentos para a apresentação e avaliação de propostas de cursos novos de mestrado e doutorado. Diário Oficial da União, Brasília, n. 200, Seção 1, p. 14. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/PORTARIA-N-193-DE-4-DE-OUTUBRO-DE-2011.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2015.

_____. Sistema Nacional de Pós-Graduação. Cursos recomendados/reconhecidos, 2015. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/dados-do-snpg/cursos-recomendados-reconhecidos>> Acesso em: 21 jun. 2015.

CANÁRIO, R. Formação e adquiridos experienciais: entre a pessoa e o indivíduo. In: FIGARI, G. et. al. (orgs.). Avaliação de competências e aprendizagens experienciais. Saberes, Modelos e Métodos. Lisboa: Educa, 2006. p. 35-46

DELORS, J. et al. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. Tradução José Carlos Eufrázio. Brasília: Cortez Editora, 1998.

DOWBOR, L. O pão nosso de cada dia: processos produtivos no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/Pao%20nosso%20web.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2015.

GATTI, B. A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v.13, n. 37, p. 57-80, jan-abr 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S1413-24782008000100006&pid=S1413-24782008000100006&pdf_path=rbedu/v13n37/06.pdf&lang=pt> Acesso em: 12 jun. 2015.

HADDAD, S. A. Educação Continuada e as políticas públicas no Brasil. REVEJ@ Revista de Educação de Jovens e Adultos. v. 1, n. 0, p. 1-113, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.oei.es/noticias/spip.php?article985>> Acesso em: 25 jul. 2015.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

KNOWLES, M.S.; HOLTON III, E. F.; SWANSON, R. A. Aprendizagem de resultados: uma abordagem prática para aumentar a efetividade da educação corporativa. Tradução Sabine Alexandra Holler. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MAGALHÃES, L. R. G. R. Na senda do capital: a expatriação dos executivos brasileiros e suas respectivas famílias: 1956-2005. São Paulo: [s.n.], 2008. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 2008.

MASSAROLI, A.; SAUPE, R. Distinção Conceitual: Educação Permanente e Educação continuada no processo de trabalho em saúde. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE O TRABALHO NA ENFERMAGEM, 2., 2008, Curitiba. Anais 2º SITE n. Curitiba: ABEn-PR, 2008. Disponível em: <<http://www.abennacional.org.br/2SITE n/Arquivos/N.045.pdf>> Acesso em: 25 jul. 2015.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Portaria Interministerial n. 270, de 22 de maio de 2003. Institui a Comissão Interministerial para o desenvolvimento da pós-graduação e da ciência e tecnologia. Diário Oficial da União, Brasília, n. 99, Seção 2, p. 6. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=6&data=26/05/2003>> Acesso em: 04 ago. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Capes. Parâmetros para análise de projetos de mestrado profissional. Revista Brasileira da Pós Graduação - RBPG, Brasília, v. 2, n.4, p. 156-161, jul. 2005a. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/90/86>> Acesso em: 25 maio 2015.

_____. Parâmetros para avaliação de mestrado profissional. Revista Brasileira da Pós Graduação - RBPG, Brasília, v. 2, n.4, p. 151-155, jul. 2005b. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/89/85>> Acesso em: 25 maio 2015.

OSORIO, A. R. Educação Permanente e Educação de Adultos. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

RIBEIRO, R. J. O mestrado profissional na política atual da Capes. Revista Brasileira da Pós Graduação - RBPG, Brasília, v. 2, n. 4, p. 8-15, jul. 2005. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/72/69>>. Acesso em: 20 maio 2015.